



O CAMINHO DA LIBER DADE

A reunião de Cascais,
5 de março de 1974

O CAMINHO DA LIBER DADE

A reunião de Cascais,
5 de março de 1974

O CAMINHO DA LIBERDADE
A reunião de Cascais, 5 de março de 1974



O CAMINHO DA LIBERDADE

A reunião de Cascais,
5 de março de 1974

FICHA TÉCNICA

Organização: Estrutura de Missão para as Comemorações do Quinquagésimo Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974

Textos: Carlos Carreiras, Vasco Lourenço, Maria Inácia Rezola

Grafismo: Vitor Cardoso e Ivan Ferreira

©Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril

ÍNDICE

O ENCONTRO DE CASCAIS, 50 ANOS DEPOIS	4
5 DE MARÇO DE 1974	11
CASCAIS SEMPRE NA ROTA DA LIBERDADE	18
O ÚLTIMO PASSO DECISIVO, NO CAMINHO PARA ABRIL	20
DOCUMENTOS	24



50 ANOS DEPOIS

O Encontro de Cascais, 50 anos depois

A História do Movimento dos Capitães, rebatizado no encontro de Óbidos (1 de dezembro de 1973) como Movimento dos Oficiais das Forças Armadas, conhece um importante impulso em inícios de 1974, momento em que a opção pelo golpe de Estado ganha novos adeptos. O Movimento evolui consideravelmente em termos numéricos e organizativos, intensifica-se o debate ideológico e equaciona-se a necessidade de um programa político.

O período foi também marcado pela insistente preocupação em estabelecer as bases de um documento programático, sinal da crescente politização dos Capitães. É nesse sentido que, ainda em janeiro, a Comissão Coordenadora delega no major José Maria Moreira de Azevedo essa missão. A sua primeira proposta é apresentada e aprovada na generalidade a 26 de janeiro, numa reunião alargada da Comissão Coordenadora realizada em casa de Vasco Lourenço. Dias depois, em encontro realizado em casa de Marcelino Marques, esse primeiro consenso desaparece, perante as críticas ao projeto, nomeadamente no que diz respeito à definição dos objetivos do Movimento. Procede-se então à constituição de um novo grupo de trabalho, no qual, a par de José Maria de Azevedo e de Sousa e Castro, participam dois elementos que assistiam, pela primeira vez, a uma reunião do Movimento: Manuel da Costa Brás e Ernesto Melo Antunes.

A publicação de *Portugal e o Futuro*, de António de Spínola (22 de fevereiro), agitou profundamente a vida nacional, minando as relações entre o regime e as Forças Armadas. Assim o atestam a realização da cerimónia da “brigada do reumático” e a posterior demissão do Chefe e do Vice-Chefe de Estado Maior das Forças Armadas (Francisco da Costa Gomes e António de Spínola, respetivamente).

O Movimento também não ficou imune ao impacto da obra de Spínola,

chefia militar com quem os Capitães mantinham contactos (diretos e indiretos) há algum tempo. Apesar de nem todos concordarem com as suas teses federalistas, muitos reviam-se nas críticas ácidas à política colonial do regime, assim como na ideia de que a solução para a guerra era política e não militar. *Portugal e o Futuro* transformou-se numa referência, não por ter constituído o suporte ideológico do Movimento, mas porque permitiu que muitos ultrapassem a questão do apoliticismo das Forças Armadas e, sobretudo, o complexo de oposição à prossecução da guerra.

A questão que se colocava ao Movimento era a de saber se, neste novo cenário, fazia sentido elaborar um programa autónomo ou se, pelo contrário, deveria aproveitar o sucesso do ex-governador da Guiné e efetuar uma colagem ao seu programa político. É neste contexto que, a 25 de fevereiro, se realiza uma reunião em casa de Otelo Saraiva de Carvalho, em que participam os elementos da Comissão Coordenadora, da Coordenadora do Exército, delegados das principais unidades e dois delegados dos paraquedistas. Confrontados, pela comissão de redação eleita na reunião de 5 de fevereiro, com diferentes propostas de Programa, determina-se proceder a uma auscultação dos oficiais envolvidos no Movimento sobre as principais questões que se colocavam. O objetivo era encontrar um consenso que servisse de base para a elaboração de um Programa comum. O alargamento do debate, a apro-

vação e a difusão dos documentos revelavam-se, nesse momento, fundamentais. O processo de politização do Movimento alargava-se substancialmente.

Finalmente, a 3 de março, tem lugar um encontro restrito de representantes dos três ramos das Forças Armadas, onde se discute o texto a apresentar à assembleia do Movimento. Sobre a mesa estiveram três propostas: uma, da autoria de Costa Brás, outra do pessoal de Artilharia e uma terceira apresentada por Melo Antunes. O documento que, dois dias depois, é anunciado ao plenário do Movimento resulta da síntese dessas propostas. O debate foi intenso, nomeadamente no que respeita à questão colonial, sendo a expressão “independência” rejeitada, para desespero dos setores mais politizados que participavam no encontro.

Ao plenário de 5 de março acorrem cerca de 200 oficiais, em representação de mais de 600, nos quais se incluem, pela primeira vez, os ex milicianos e representantes da Força Aérea. A Armada faz-se representar por quatro elementos que participam nos trabalhos na qualidade de observadores.

A apresentação do documento de síntese – *O Movimento, as Forças Armadas e a Nação* – cabe a Ernesto Melo Antunes. Com um acentuado pendor ideológico, nele se denuncia a profunda crise do país e o facto de as Forças Armadas serem apresentadas como o ‘bode expiatório’ dos desastres a que a política colonial do regime con-

duzira, preconizando-se a ideia de que a solução dos problemas coloniais era política e não militar. Esta crítica aberta à intransigência do regime quanto à solução do problema colonial faz deste um documento precursor, que marca a passagem do Movimento dos Capitães a Movimento das Forças Armadas (MFA).

A par da oposição da Força Aérea, cujas críticas recaem sobretudo na questão colonial, são os setores próximos de António de Spínola que maiores reservas apresentam à aprovação do documento, argumentando que a elaboração de um programa político perdera relevância depois da publicação de *Portugal e o Futuro*. Foi também por insistência deste setor que se procedeu a nova votação sobre os futuros chefes do Movimento, num escrutínio mais uma vez ganho por Costa Gomes.

No final, e apesar de algumas dissidências, a maioria dos presentes (111) assina o que é, sem dúvida, o primeiro projeto político do Movimento. Tratava-se de um passo fundamental para balizar os seus objetivos, mas também para condicionar quem, derrubada a ditadura, viesse a deter o poder. Na reunião de Cascais, em que se dá também um voto de confiança à Comissão Coordenadora e à direção para desenvolver todas as atividades necessárias para a preparação do golpe de Estado, decide-se ainda delegar em Melo Antunes a responsabilidade de presidir e coordenar a comissão de elaboração do Programa.

O encontro de Cascais reveste-se, assim, de uma importância extrema. Num momento em que o presidente do Conselho, Marcelo Caetano, se revela cada vez mais acorrentado aos *ultras* do regime e em que se torna óbvia a iminente demissão de António de Spínola e de Francisco da Costa

Gomes, os Capitães decidem acelerar o processo. Assumindo como irreversível a opção pelo golpe de Estado, determinam um reforço da sua organização e acionam os mecanismos para a conclusão de um projeto político que sintetiza os seus objetivos fundamentais.

Saiba mais sobre a conspiração dos jovens militares que derrubaram a ditadura no dossiê multimédia desenvolvido pela Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril



A primeira parte da brochura reúne um conjunto de textos da responsabilidade das entidades que promoveram a evocação dos 50 anos do encontro de Cascais: Associação 25 de Abril, Câmara Municipal de Cascais e Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril.

Na segunda parte, é possível encontrar peças documentais sobre esse acontecimento histórico central no caminho para a Democracia:

Documento 1.

Parecer do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Francisco da Costa Gomes, ao livro *Portugal e o Futuro*.

Documento 2.

Capa do jornal *Expresso* de 23 de fevereiro de 1974, que destaca a publicação de *Portugal e o Futuro*.

Documento 3.

Comunicação de ligação ao Ultramar, de 2 de março de 1974, anunciando a realização do plenário de Cascais.

Documento 4.

Lista dos pontos de encontro a que deviam confluir os convocados para o plenário de Cascais.

Documento 5.

O “Movimento”, as Forças Armadas e a Nação.

Documento 6.

Instrução para a recolha de assinaturas para o documento saído do plenário de Cascais.

Documento 7.

Quadro resumo do planeamento após o plenário de Cascais.

Documento 8.

Texto de apoio para a apresentação oficial em todas as unidades do documento aprovado no plenário de Cascais.

Documento 9.

Comunicado n.º 2/74, apresentando as conclusões do plenário de Cascais.

Documento 10.

Declaração de apoio a António de Spínola, de 7 de março de 1974, posta a circular para recolha de assinaturas.

Documento 11.

Resumo do esquema das equipas de ligação (reestruturação após a Assembleia de Cascais).

5 DE MARÇO DE 1974

Fotografia: ANTT, PT/TT/EPJS/SF/010/07814

Na sequência das decisões anteriormente assumidas pela Comissão Coordenadora do Movimento,

onde ocupava relevante lugar a decisão de elaborar um Programa político que respaldasse a ação militar para derrube do regime, que cada vez se mostrava mais previsível, preparou-se uma reunião, que se previa determinante para o objetivo que cada vez mais se consolidava na mente dos oficiais conspiradores.

Prestes a dar o passo decisivo, continuávamos a esgrimir a necessidade de recuperar o prestígio das Forças Armadas junto da população, mas a decisão de se apresentar ao país e ao mundo um Programa político, quando se avançasse para o golpe final, fora aprovada, nisso se estava a trabalhar, pois se considerava essencial dizer a todos *ao que vínhamos e com o que nos comprometíamos*.

A Conspiração alargara-se e acentuara-se, em virtude da publicação de *Portugal e o Futuro*, de Spínola, um dos generais com que o Movimento contava, para o pós-golpe de Estado.

É certo que o *homem do monóculo*, o *Velho como os seus apaniguados* o *tratavam*, apressou a publicação do livro, assim que informado de que o Movimento decidira, em 5 de fevereiro, numa importante reunião, a elaboração de um Programa político.

Mas é igualmente certo que o Movimento explorou de forma intensa e com resultados muito significativos a sua publicação.

Foi nesse ambiente, que compor-tou uma reunião com os *Espúrios*, onde se acertaram objetivos futuros, quando a hora das opções definitivas se aproximava a passos largos, quando a ansiedade e a expectativa nos envolviam cada vez mais, que preparámos a que viria a ser a última das grandes reuniões do Movimento, onde seriam aprovadas as decisões que

nos levariam efetivamente ao dia da Libertação.

Decidido que fora em Óbidos (1 de dezembro de 1973) o alargamento do Movimento à Armada e à Força Aérea, obtivemos a participação de oficiais desses Ramos, ainda que em condições diferentes: enquanto a Armada – mais avançada no campo político, mas enormemente desconfiada acerca do posicionamento corporativista do Exército, que teimava em acentuar com o esgrimir da *bandeira da recuperação do prestígio das Forças Armadas* e era agravado pela igual desconfiança que Spínola lhes provocava – aceitou participar na condição de *Observadora* (quatro oficiais presentes), a Força Aérea *esteve em força*, não apenas através dos paraquedistas, que, ultrapassado o episódio da *Kaulzada*, continuavam a ser vistos como seus representantes, esteve presente com uma delegação mista, de pilotos e outras especialidades, que dizia representar cerca de 200 oficiais.

Vindos de toda a Metrópole, aportaram a Cascais cerca de 200 oficiais, sendo que os 185 do Exército representavam mais de 450.

Foi a reunião onde praticámos as mais rigorosas medidas de segurança, daí que os participantes não se dirigiram diretamente a Cascais. Foram convocados para um de 18 cafés/pastelarias de Lisboa, onde estaria um elemento da Ligação que os encaminharia para o local da reunião (edifício *Franjinhas* – onde se situava a *Sinase*, única empresa que então

alugava salas para reuniões em Lisboa – no cruzamento das ruas Castilho e Braamcamp).

Antes da hora prevista para a concentração, Vasco Lourenço e Otelo percorreram os cafés e deram nova indicação aos elementos da Ligação: *o local da reunião não seria no Franjinhas, mas sim no número 45 da rua Visconde Luz em Cascais* (atelier do arquiteto Braula Reis, irmão do capelão do Colégio Militar, amigo do major Sanches Osório).

Depois de algumas peripécias, reunidos num primeiro andar com pequenas salas, fomos muitos os que tememos que o soalho cedesse perante o peso dos participantes, que se acotovelavam em condições nada apropriadas para uma reunião como a que aí decorreu.

Condições que nada ajudaram, numa reunião algo tempestuosa, com atitudes de total discordância quanto às propostas apresentadas. E, se era consensual e não merecia qualquer reticência a opção de se avançar para uma ação de força que derrubasse o regime e criasse condições para se alcançarem os objetivos do Movimento – tão consensual que não recorde uma única intervenção que a questionasse –, já as propostas concretas, no que se referia ao Programa político e aos Chefes a convidar para assumirem o Poder, deram origem a fortes discussões e estiveram na origem de duas atitudes que poderiam ter tido consequências mais gravosas.

A questão da elaboração de um Programa político e a natureza do

mesmo, nomeadamente na afirmação *do direito dos povos à autodeterminação e independência*, sendo clarificadora da posição dos membros do Movimento, da sua natureza nada corporativista, ajudou a *separar águas*, mas ia criando uma situação inultrapassável.

No primeiro, o Movimento teve de se confrontar com a posição defendida pelos Spinolistas – não é necessário um programa político, pois o Chefe dirá como é e nós segui-lo-emos –, o que motivou a imediata discussão à volta do Chefe a convidar, resultando numa votação que escolheu Costa Gomes em primeiro lugar e Spínola em segundo, numa proporção de 4 para 1 (a presença dos Spinolistas em peso, reforçados pelos Espúrios, reduziu a maioria de Costa Gomes de 8/1 para 4/1), seguida da aprovação de elaboração de um programa político pelo Movimento e da condição de que os *Chefes, para serem aceites, teriam de concordar com o programa que lhes fosse apresentado*.

Quanto ao segundo, a reunião tremeu, quando o major Seabra, do seu metro e noventa, declarou *em nome de 200 oficiais da Força Aérea, não aprovamos o documento, pois estamos contra o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e independência!*

Posição que afastou a grande maioria dos oficiais da Força Aérea – dos pilotos, restaram muito poucos, valeu à Força Aérea a posição de outros quadros (engenheiros e administrativos) de que há a destacar o Costa Neves e o Costa Martins.

Tudo isso não impediu que a reunião tivesse resultados francamente preciosos para a evolução do caminhar para a Libertação:

- **Decisão de avançar para uma ação de força, de derrube do regime.**
- **Decisão da elaboração de um Programa político, que definisse as linhas do futuro regime, tendo por base o documento aí debatido, O Movimento, as Forças Armadas e a Nação, subscrito por 111 dos oficiais participantes na reunião.**
- **Escolha de Costa Gomes e de Spínola para futuros Chefes, desde que aceitassem o Programa, a elaborar pelo Movimento.**
- **Voto de confiança na Comissão Coordenadora e respetiva Direção, para executarem as decisões aprovadas.**

No seguimento desta reunião, teríamos que nos haver com o agudizar da situação.

Desde logo, a reação do Poder, que, certamente informado do teor das decisões, tentou retaliar.

Fê-lo de forme pífia, pois se limitou à transferência, compulsiva e imediata, de quatro oficiais do Movimento, três para as Ilhas e um para Bragança. É certo que terá acertado em cheio, ao transferir o principal dirigente do Movimento, o seu responsável operacional (se, uns meses antes, isso poderia ter tido consequências desastrosas para o Movimento, nessa ocasião a solidez da sua organização já permitiu encarar a situação), a que juntou uma ação de propaganda, com uma encenação da subordinação dos militares ao Poder político.

Tudo poderia ter-se complicado com a atitude dos Spinolistas, que, largamente derrotados na reunião de Cascais, dali saíram para tentar recuperar-se – começando com a difusão de um abaixo-assinado, tudo feito ao arrepio da Comissão Coordenadora, onde proclamavam o *apoio incondicional a Spínola*, acabaram no forçar da tentativa de golpe militar, em 16 de Março, na *Intentona das Caldas da Rainha*.

Felizmente que, como mais tarde se viria a confirmar, os Spinolistas não acertaram uma. Autoconvidados da sua *elevada qualidade de profissionais qualificados e eficientes*, fizeram sempre tudo *em cima do joelho*, demonstrando uma enorme incompetência.

Mas, se o seu falhanço aqui interessa para o evocar do 5 de março, o resto já comporta outras guerras, que não cabem nesta evocação.

Quanto à encenação política de Marcelo Caetano, também *lhe saiu o tiro pela culatra*.

É certo que tudo poderia ter sido mais complicado com a demissão dos dois Generais que o Movimento escolhera para Chefes, após o golpe de Estado.

Mas o facto é que tudo isso reforçou a vontade dos integrantes no Movimento, em avançar para uma ação de derrube da ditadura.

O aumento da credibilidade nos dois Generais escolhidos não compensou o desprezo que a generalidade dos oficiais tinha pela

maioria dos seus generais. Tal como Vasco Lourenço, em fins de setembro de 1973, pedira que fosse transmitido ao chefe do Governo *que os generais já só se representavam a eles próprios*, a figura que estes fizeram na chamada *Brigada do reumático* contribuiu decisivamente para convencer os oficiais do Movimento de que era

urgente, muito urgente, alterar a situação das Forças Armadas, que, mais que nunca, envergonhavam os seus membros.

Por fim, uma conclusão sobre a reunião que aqui evocamos:

Sendo um dos três plenários da Conspiração, foi fundamental para o avançar para o derrube da ditadura.

Até ao dia da Libertação, ultrapassada a desastrosa aventura do 16 de Março, ainda se faria uma reunião relativamente alargada (24 de março), onde a Comissão Coordenadora e a Direção se decidiriam pela sua recomposição, tendo em vista a forçada ausência de Vasco Lourenço nos Açores, mas o caminhar para a consumação do que se preparava há menos de oito meses era imparável.



Fotografia: Alfredo Cunha

E, em 25 de Abril de 1974, teríamos o Dia inicial, inteiro e limpo!

Vasco Lourenço
Capitão de Abril
Presidente da Direção da Associação 25 de Abril

Cascais sempre na rota da Liberdade

“O dia inicial inteiro e limpo”, imortalizado no poema de Sophia de Mello Breyner, varreu o país e teve importantes episódios em Cascais.

Há 50 anos, em abril de 1974, a Revolução pôs fim à ditadura e a um regime autocrático que Portugal enfrentava há vários anos. O povo saiu às ruas e fez ouvir a sua voz, através de um golpe militar iniciando o ciclo democrático e decorrente do mesmo, o poder local democrático.

Há 50 anos unimo-nos e vencemos, e a ligação com Cascais é inegável. Duas das reuniões preparatórias e clandestinas organizadas pelos Capitães de Abril tiveram lugar no concelho, mais precisamente em São Pedro do Estoril, a 24 de novembro de 1973, e em Cascais, a 5 de março de 1974. Alguns dos militares envolvidos no movimento residiam no concelho, o que pode ter influenciado a escolha desses locais para os encontros, colocando Cascais no mapa de sucessão de eventos que levaram à queda do antigo regime.

Também o Aeródromo de Tires despertou o interesse dos revolucionários, que planearam uma missão para ocupar e defender essa infraestrutura, impedindo a aterragem e descolagem de aviões. No entanto, a tomada não ocorreu na data e hora planeadas (madrugada de 25 de abril), devido a escutas telefónicas instaladas no Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea e de Costa (CIAAC), levando à sua realização somente no dia seguinte. Em 27 de abril, as Forças Armadas retiraram a maioria dos elementos do CIAAC e do Aeródromo, percorrendo em coluna a povoação de Tires, onde foram calorosamente aplaudidos, celebrando, assim, a revolução em curso.

Mas talvez o fim do regime fechado e bafiento que nos oprimiu durante quase meio século tenha começado uns anos antes, junto ao mar. Foi no Forte de Santo António da Barra, que Salazar terá caído da cadeira. Com ele caía também para não mais se levantar a ditadura. Património que integra a história nacional, foi deixado lamentavelmente ao abandono durante anos, ao ponto de todo o seu interior ser vandalizado. Popularizado por alguns saudosos como “Forte Salazar”, foi resgatado pela Câmara de Cascais das mãos laxistas do poder central e reaberto, a 25 de Abril de 2018, como Forte de Abril, do Povo e da Liberdade.

Há 50 anos unimo-nos e vencemos um regime não democrático. Fim de um regime que não nos permitia exprimir livremente. A celebração do 25 de Abril em Cascais é uma afirmação de princípios. É a afirmação de uma democracia forte.

Honrar Abril é lembrar e admirar aqueles homens e mulheres que nos libertaram da servidão para nos dar a liberdade plena. É agradecer aos vários homens que estiveram na linha da frente, os Capitães de Abril, que, com coragem, fizeram a única Revolução do mundo sem sangue, substituindo as armas por flores: os nossos cravos.

Lutemos, hoje mais do que nunca, por uma Democracia sem amos.

Aqui, nesta nossa Vila de Cascais, também é o povo quem mais ordena.

Viva o 25 de Abril! Viva Cascais!

Carlos Carreiras
Presidente da Câmara Municipal de Cascais

O ÚLTIMO

PARTE

DELES,

NO
CAMINHO
PARA
ABRIL

O encontro de Cascais, de 5 de março de 1974, constitui um marco central na história do Movimento dos Capitães.

O percurso, iniciado formalmente a 9 de setembro, no Monte do Sobral, Alcáçovas, esteve repleto de dificuldades e perigos. Depois de uma primeira fase essencialmente corporativa, denotando-se a progressiva tomada de consciência de que era necessário encontrar uma solução política para a guerra em África. Apesar do peso dos partidários da via legalista, ainda patente na reunião de Óbi-

dos de 1 de dezembro de 1973, a decisão de derrubar o regime político vigente ganha crescentes apoios e torna-se irreversível a partir de inícios de 1974.

Tratando-se de um Movimento que nascera essencialmente no seio do Exército e que, desde o início, conhecera múltiplas resistências, era necessário alargá-lo determinadamente a todos os ra-

mos das Forças Armadas e conquistar os “espúrios” (milicianos). Da mesma forma, urgia planificar uma operação militar que garantisse a vitória dos conspiradores que se propunham enfrentar um regime com mais de quatro décadas de existência. Finalmente, era necessário esclarecer quais os objetivos políticos do Movimento, salvaguardando que a ditadura que pretendiam derrubar não daria lugar a outra, de cariz semelhante ou mais musculado.

Apesar da magnitude da missão, o processo corre com grande celeridade e determinação com vista ao desencadeamento da «Operação viragem histórica». Contando com a presença de delegados da Força Aérea e observadores da Marinha, o encontro de Cascais foi nele determinante. Num momento em que era inegável o peso exercido pelos *ultra* sobre o Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, assim como o iminente afastamento de António de Spínola e Costa Gomes (aí reafirmados como futuros chefes do Movimento), os Capitães decidem acelerar os preparativos para o golpe. Assumindo-o como uma opção irreversível, assinalam como prioritário reforçar a sua organização e aprovam um projeto político consubstanciando os grandes objetivos do Movimento. O manifesto *O Movimento, as Forças Armadas e a Nação*, aprovado nessa reunião, é já explícito na ligação que estabelece entre a resolução da questão colonial e a democratização do país.

Num momento em que a Democracia portuguesa cumpre 50 anos e o país se mobiliza, de norte a sul, para celebrar com entusiasmo e orgulho o seu momento fundador, reveste-se de grande importância recordar o determinante contributo do encontro de Cascais para o 25 de Abril de 1974.

Na evocação da Viragem Histórica que o 25 de Abril representou, celebra-se a conquista da Liberdade e a construção da Democracia, refletindo sobre o passado, mas também perspetivando o futuro.

As comemorações permitem-nos relembrar criticamente datas e acontecimentos, figuras e processos, celebrando a história e um futuro que todos queremos mais justo e participado. Constituem um momento com um potencial de mobilização extraordinário, possibilitando uma presença mais forte da história e da memória na arena pública. Porque, se um país não deve viver num culto ritualista do passado, também não vive o presente e projeta o futuro se esquecer o seu passado. Conhecer o passado permite-nos valorizar as conquistas de Abril e combater a indiferença e o esquecimento. Conhecer o passado ajuda-nos a construir uma sociedade melhor, mais justa, mais livre e mais democrática.

Preservar a Liberdade e a Democracia é um dever de todos. Celebremos Abril.

Maria Inácia Rezola
Historiadora
Comissária Executiva da Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril

CASO -562894

EPTm (17) 842166
2021
a. 2028
CASA

MAJOR AZEVEDO

POPULO (18) 786055
785133

CASA - 783606
ESCRIT. - 562427

CAP. TORRES

CASAO (19) 863006
863022
2963

CASA - 932614

(13)

DOCUMENTOS

CAP. PINHO

RAL1-2519193/4

CASA - 702507

CASA - 912937
15523

CAP. NIQUELINA
BIMHOES

A.M. (7) 930070
2556
3051
ANAR

CASA -

CAP. LUB

EMEL (8) 2432016
2031

CASA 217643

(11)

EVORA

VIZEU

~~ELHADO~~

GUARDA

LISBOA ~~CANTANHEDE~~

~~DA TRAVESSA~~

F. DA FOZ

LISBOA ~~DE ALTA A NOVA~~

TORRES NOVAS

CALDAS DA RAIVA

CONSTANCIA

ENTRONCAMENTO

SANTAREM

ALENQUER

ALMADA

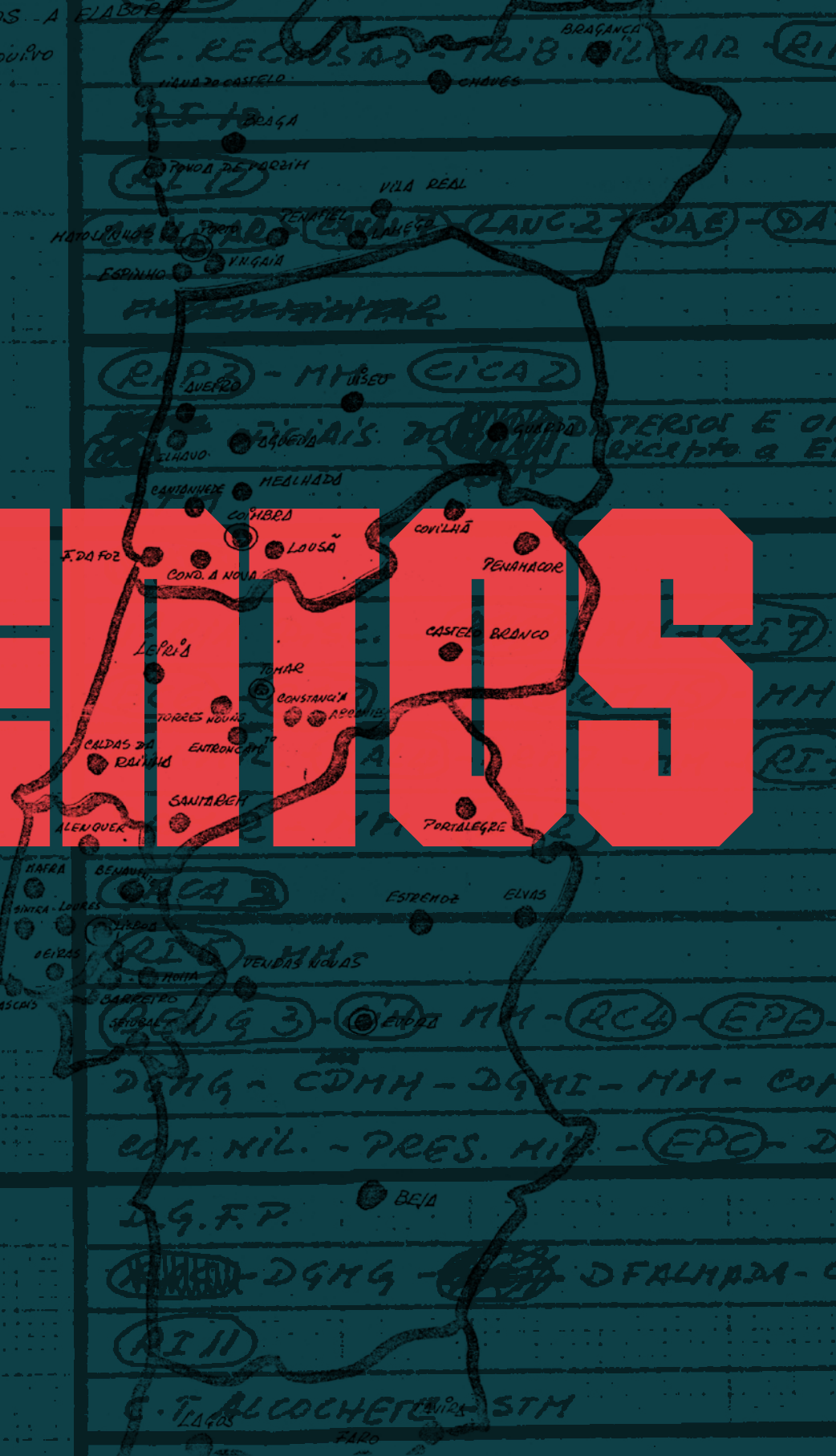
BARCELHO

~~BENAVENTE~~

88 FASCICULOS - A ELABOR
2 PARA ARQUIVO

COMUNICADO

COMUNICADO



Documento 1

Parecer do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Francisco da Costa Gomes, ao livro *Portugal e o Futuro*

Fonte: ANTT -Arquivo Nacional Torre do Tombo

RESERVADO

Secreta
F. COSTA GOMES

*Embora não entenda o facto, nutro as mesmas
dúvidas em relação às honras de grande ofi-
cial da República de E. M. S. P. A.*

13. II. 74
PARECER
J. Bernardino

CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL
DAS FORÇAS ARMADAS

ASSUNTO: PORTUGAL E O FUTURO

1. O livro com o título em epígrafe escrito pelo Snr Gen António de Spínola apresenta, de uma forma muito elevada, a solução que julga melhor para resolver o maior problema com que a Nação se debate - a guerra no Ultramar.
2. O Gen Spínola defende com muita lógica uma solução equilibrada que poderemos situar mais ou menos a meio de duas soluções extremas que têm sido largamente debatidas: a da independência, pura, simples e imediata de todos os territórios ultramarinos patrocinado pelos comunistas e socialistas e a da integração num todo homogêneo de todas aquelas parcelas preconizada pelos extremistas da direita. Não necessitamos desenvolver grande argumentação para concluirmos que essas soluções devem ser postas de lado, a primeira por ser lesiva dos interesses nacionais e a segunda por ser inexecutável.
3. Julgo que o livro está em condições de ser publicado, acrescentando mesmo que o Gen Spínola acaba de prestar desta forma ao País serviços que devem ser considerados tão brilhantes como os que com tanta galhardia e integridade moral provou possuir nos campos de batalha.

TORRE DO TOMBO
ARQUIVO MARCELLO CAETANO

O Chefe do Estado-Maior General das F. Armadas

Francisco da Costa Gomes
FRANCISCO DA COSTA GOMES
RESERVADO

11FEV74
04245/GC

Documento 2

Capa do jornal Expresso de 23 de fevereiro de 1974

Expresso
23 de Fevereiro de 1974

Policias para a revista dos passageiros da TAP

Jornalistas refutam acusações de um vereador

Subida dos liberais preocupa conservadores

Mais 12 «blocos» atribuídos para a prospecção de petróleo

PORTUGAL E O FUTURO
Novo livro de ANTONIO DE SPINOLA

DISCURSO
de Marcello Caetano

Senhas de gasolina para turistas e emigrantes

Tesouros ao largo de CABO VERDE

ESBAP: sem aulas mas com subdirector

Manifestações em Lisboa

BIP substitui BNU na "Holding" da Grão-Pará

Abertura das aulas da Faculdade de Medicina

Rui Patrício em Brasília e Silva Pinto em Caracas

24 horas

Perfuração em Juba

PORTUGAL: A RÁPIDA MARCHA EM PROGRESSO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Subida dos liberais preocupa conservadores

DISCURSO

Senhas de gasolina para turistas e emigrantes

Tesouros ao largo de CABO VERDE

ESBAP: sem aulas mas com subdirector

Manifestações em Lisboa

BIP substitui BNU na "Holding" da Grão-Pará

Abertura das aulas da Faculdade de Medicina

Rui Patrício em Brasília e Silva Pinto em Caracas

24 horas

Perfuração em Juba

PORTUGAL: A RÁPIDA MARCHA EM PROGRESSO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Documento 3

Comunicação de ligação ao Ultramar, de 2 de março de 1974, anunciando a realização do plenário de Cascais

Fonte: Almeida, Dinis de, *Origens e evolução do Movimento dos Capitães*. Lisboa, Edições Sociais, 1977

LISBOA, 2 de Março de 1974

Caros camaradas

A urgência que existe no conteúdo deste comunicado, justificava a sua transmissão por telex. Foi-nos, no entanto, completamente interdita essa via, que, por isso, deixará de funcionar. A necessidade de um contacto imediato que, no entanto, prevemos poder vir a surgir, leva-nos a pedir que nos enviem, juntamente com a resposta a este comunicado, o processo de, por telefone civil, podermos falar com as messes de Bissau, Luanda e Nampula, bem como os nomes de quem deveremos mandar chamar ao telefone.

Como já sabem, sairá dentro de dias o programa do nosso Movimento, que será difundido simultaneamente na Metrópole, na Guiné, em Angola e em Moçambique, de modo a provocar o máximo de impacto e a evitar qualquer fuga inconveniente. Pretende-se ainda que, simultaneamente com a difusão, comece a recolha de assinaturas de adesão, apenas entre os oficiais do QP, embora do programa possa ser dado conhecimento aos oficiais do QC e Sargentos.

Os acontecimentos por cá, no entanto, estão a precipitar-se e a saída do livro do Gen. António de Spínola, de algum modo para isso tem contribuído. Por isso e antes de recebermos as assinaturas da vossa adesão, necessitamos de saber o número aproximado com que poderemos contar, pois impõe-se o balanço urgente da nossa força. Esse número aproximado de adesões previstas, que pedimos seja o mais realista possível, deve chegar à nossa mão até 5 (cinco) de Março, impreterivelmente. **POR FAVOR «CHÜTEM» MESMO ISSO ATÉ ESTA DATA!!!**

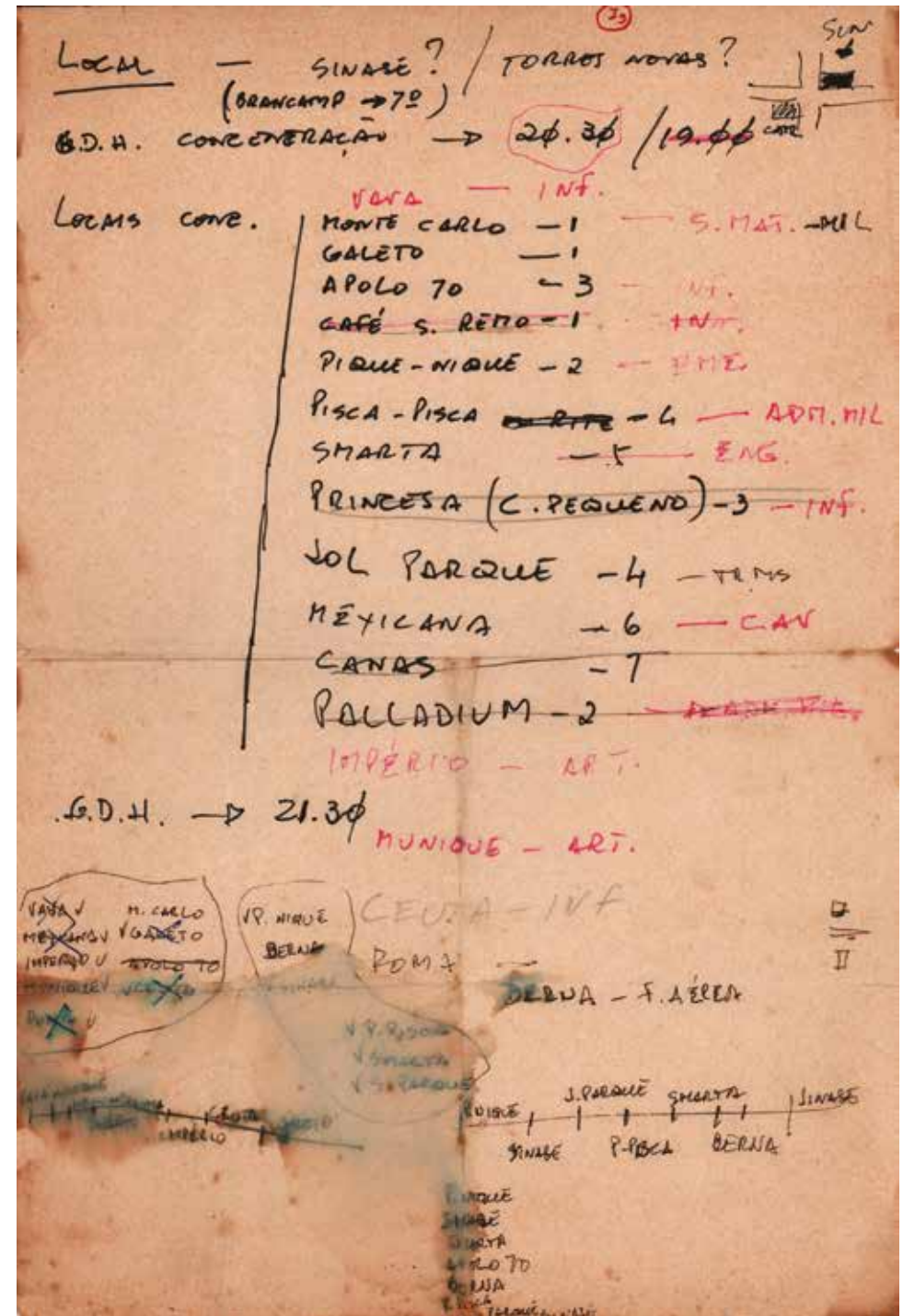
Resta dizer que, durante a próxima semana, seguirá então por mão própria uma encomenda contendo o PROGRAMA, acompanhado do número de algumas adesões da . Metrópole, recolhidas em primeiro «escrutínio» no próprio dia e entre as pessoas que comparecerem à reunião final para aprovação do documento. Irá também a programação das fases de actuação, após essa reunião final, para que vocês possam acompanhar aí as nossas actividades.

Um abraço de solidariedade.

Documento 4

Lista dos pontos de encontro a que deviam confluir os convocados para o plenário de Cascais

Fonte: Arquivo Vasco Lourenço



Documento **5**

O 'Movimento', as Forças Armadas e a Nação, documento programático aprovado no plenário de Cascais

Fonte: Arquivo Vasco Lourenço

O "MOVIMENTO", AS FORÇAS ARMADAS E A NAÇÃO

Desde às vésperas a esta parte, como é do conhecimento geral, tem vindo a desenvolver-se no seio das Forças Armadas um "movimento de oficiais", cujas origens foram há muito ultrapassadas e assume hoje características, intenções e finalidades, que se entende oportuno clarificar e definir.

O documento agora apresentado à consideração de todos os militares, tem como objectivo essencial levá-los a reflectir criticamente sobre os aspectos fundamentais dos problemas que as Forças Armadas enfrentam - sendo para tanto indispensável uma reflexão global, isto é, não dissociando as Forças Armadas da Nação e do momento crítico que o País atravessa - é, em seguida, consolidar a adesão dos que conscientemente chegaram à conclusão que uma prática coerente com a nossa análise se torna imperiosa, necessária e urgente.

Todos sabemos e sentimos como, no consenso generalizado, as Forças Armadas têm sido consideradas o suporte de força de uma estrutura global complexa, político-económica, para cuja orientação - com passagem pela necessária definição do interesse nacional - o comum dos cidadãos não é chamado a uma participação directa. De facto, tem-se a consciência de que tal estrutura não se poderia manter inabalável através dos anos, por maior cuidado que tivesse havido na organização dos mecanismos policial e judicial, se os seus dirigentes não tivessem a garantia de obediência sem discussão, por parte das Forças Armadas, aos objectivos por eles definidos. Daí o ter-se generalizado o princípio de que compete exclusivamente ao poder político a definição dos grandes objectivos nacionais e, às Forças Armadas,

a missão de os executar, sem pôr em causa a sua legitimidade. É o mito da apoliticidade das Forças Armadas, que transformou os militares, por dever os guardiões de uma Constituição legítima, em meros executores duma política traçada do alto, a qual tem sido protegida não só com alterações oportunas da Constituição, mas também por leis que efectivamente a restringem.

Se, antes de 1961, as Forças Armadas não eram abertamente atingidas no seu prestígio, ou não o eram de uma forma muito violenta, é porque as crises internas do regime não tinham atingido ainda um grau demasiado agudo. A partir, porém, da queda da Índia e sobretudo à medida que as guerras em África se iam prolongando, as Forças Armadas descobriam, não sem espanto por parte de muitos militares que pela primeira vez visam claro, o seu divórcio real da Nação.

As Forças Armadas são então humilhadas, desprestigiadas, apresentadas ao País como as responsáveis máximas do desastre.

Estava criado o "bode expiatório" e as condições para que a Nação deixasse de confiar nas suas Forças Armadas. Daí em diante, o desprestígio das Instituições Militares não deixa de aumentar. A guerra de Angola que entretanto tinha começado, não pôs inicialmente aos militares muitos problemas acerca da sua legitimidade. À medida, porém, que o tempo vai passando e a situação se vai degradando em todos os aspectos (inclusive no militar, como consequência inevitável da inexistência de uma estratégia adequada à situação africana), à medida que outras frentes de luta armada surgem (Guiné e Moçambique) e o esforço exigido aos militares começa a ser humanamente incoportável; à medida que se torna cada vez mais patente a impossibilidade, por parte das Forças Armadas, de atingir os objectivos que lhe

não impostos por um poder, que não aceita sequer a evidência de não possuir os meios da sua política, aparece cada vez mais claramente em destaque o desenvolvimento de um processo que tinha tido o seu primeiro episódio visível com a queda da Índia. Incapaz de se auto-reformar sob pena de morrer (politicamente, entenda-se), o regime aponta intransigentemente para a via unitária, como solução do problema ultramarino; como se torna dia a dia mais evidente a inexecutabilidade de tal via, as Forças Armadas aparecem cada vez mais aos olhos da Nação como o grande responsável, não só do impasse africano, como da crise geral que atinge o País e que não é só crise política, como também crise económica, social e moral.

Alarga-se assim o fosso entre as Forças Armadas e a Nação, aumenta o desprestígio dos militares (os recentes acontecimentos da Beira, em Moçambique, vêm uma vez mais confirmar esta realidade por todos sentidos), desprestígio esse que nenhuma medida conjuntural poderá atenuar.

Não é com aumentos de vencimentos (e este documento demonstra que, apesar de tudo, a consciência dos militares não está à venda), nem com regalias sociais e privilégios de várias ordens, nem sequer com o previsto e anunciado reequipamento das Forças Armadas, para a condução da guerra em moldes tecnológicos eficazes (o que, além do mais, é extremamente duvidoso que seja alcançado em tempo útil); não é com medidas apressadas, destinadas a abafar as vozes discordantes e a atenuar o crescente descontentamento dentro das Forças Armadas, que o poder político conseguirá colmatar a brecha que se abriu, funda e dolorosa, na consciência da maioria dos militares. Nem serão nunca essas medidas que restituirão o prestígio já demasiado abalado das Forças Armadas, porque o problema não se localiza ao nível da situação de

um grupo sócio-profissional; o prestígio das Instituições Militares só será alcançado, quando as Forças Armadas se identificarem com a Nação, quando entre as Forças Armadas e o Povo houver realmente unidade fundamental quanto aos objectivos a alcançar.

O problema maior do povo português e que em larga medida condiciona todos os outros é, neste momento, o da guerra em três territórios africanos: Angola, Moçambique e Guiné. A questão é gravíssima e está na base dum crise geral do regime, já incontornável pelo poder. Se está generalizada, tanto no seio das Forças Armadas como na sociedade civil, a ideia de que não pode obter-se uma vitória pelas armas, tudo é feito para que na opinião pública nacional se enraíze a noção de que o poder político traçou já a estratégia adequada e que as Forças Armadas não terão mais que segui-la, para que a integridade dos territórios seja garantida. Consequentemente, se a situação se agrava ainda mais, facilmente se adivinha sobre quem recairão as responsabilidades, ao mesmo tempo que o poder terá criado as condições propícias a um inocente "lavar de mãos".

Os militares conscientes sabem, porém, que a solução do problema ultramarino é política e não militar e entendem ser seu dever denunciar os erros de que são vítimas e transformar as Forças Armadas, uma vez mais, em "bode expiatório" de uma estratégia impossível: uma solução política que salve a honra e dignidade nacionais, bem como os interesses legítimos de portugueses instalados em África, mas que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível, da profunda aspiração dos povos africanos a se governarem por si próprios - o que implica necessariamente fórmulas políticas, jurídicas e diplomáticas extremamente flexíveis e dinâmicas. Esta solução

tem de ser encarada com realismo e coragem, pois pensamos que ela corresponde não só aos verdadeiros interesses do Povo português como ao seu autêntico destino histórico e aos seus mais altos ideais de justiça e de paz. Sabem, no entanto, os mesmos militares conscientes, que tal solução jamais será consentida pelo poder, que a si próprio se arrogará o direito de exclusivo em matéria de patriotismo e se pretende apoiado pela Nação.

Contestamos o exclusivo e o apoio proclamados.

E porque assim pensamos, entendemos necessário, como condição primeira de solução do problema africano, da crise das Forças Armadas e da crise geral do País, que o poder político detenha o máximo de legitimidade; que as suas instituições sejam efectivamente representativas das aspirações e interesses do Povo. Por outras palavras: sem democratização do País não é possível pensar em qualquer outra solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós.

Trata-se, portanto, antes de mais nada e acima de tudo, da obtenção a curto prazo de uma solução para o problema das Instituições no quadro de uma democracia política.

Neste contexto, consideramos indispensável e urgente que:

- SEJAM DEFINIDOS E CLARIFICADOS OS OBJECTIVOS NACIONAIS E ESTES ACEITES PELA NAÇÃO.
- SEJA A NAÇÃO CLARAMENTE ELUCIDADA SOBRE A PARCELA DESSES OBJECTIVOS CUJA PROSECUÇÃO CABE ÀS FORÇAS ARMADAS;
- SEJA PROMOVIDA E GARANTIDA A PERMANÊNCIA DA COMPATIBILIDADE DESSA PARCELA COM A CAPACIDADE EM MEIOS.
- SEJA PROMOVIDA A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS, VISANDO A QUALIFICA-

ÇÃO DOS SEUS CHEFES BASEADA NO SEU VALOR MILITAR, O APROVEITAMENTO DOS MEIOS EM TERMOS DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA; O RESPEITO PELOS DIREITOS INDIVIDUAIS E A JUSTIÇA.

- POSSAM AS FORÇAS ARMADAS SENTIR QUE É EFECTIVAMENTE PROPORCIONADA A SALVAGUARDA DO SEU PRESTÍGIO; INCLUINDO A SUA NÃO IDENTIFICAÇÃO COM OUTRAS ACTIVIDADES QUE NÃO PERTENCEM AO SEU MÍNUS ESPECÍFICO.

Só nestas condições poderão as Forças Armadas ter um mínimo de garantia de que são instrumento da vontade da Nação e que não se encontram ao serviço de qualquer grupo. Então já não lhes será permitido duvidar, nem da legitimidade do poder, nem dos objectivos por este definidos e que tudo farão para cumprir.

Só nestas condições poderão as Forças Armadas alcançar o prestígio que reivindicam, pois só então haverá garantias da necessária unidade entre o Povo e as Instituições Militares; na verdade o Exército só será o "povo em armas" quando entre o Exército e o Povo não existirem quaisquer barreiras, quando o Exército for realmente a incarnação de uma vontade colectiva de defesa, de uma afirmação inefismável, feita pelo próprio Povo, da segurança e independência Nacionais.

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



Os Oficiais do Exército, abaixo assinados, declaram o seu total apoio ao documento em anexo, que consideram definir a sua linha de pensamento e resumir as suas mais profundas aspirações.


Mais declaram, que delegam confiança e representatividade, para prosseguir no estudo e na execução das actividades que considerem necessárias, com vista à efectiva consumação dessas aspirações, na Comissão Coordenadora eleita em sessão plenária no dia 1 de Dezembro de 1973, reconduzida em sessão plenária no dia 5 de Março de 1974 e constituída por elementos [redacted] das armas de Infantaria, de Artilharia, de Cavalaria, de Engenharia, de Transmissões, e dos Serviços de Administração e de Material.

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.




Luís António de Sousa cap. 1.º
Mamede José Louço mag. 3.º
Joaquim José de Jesus Carlos de Jesus - CAP. 1.º
Joaquim Alberto Frealves dos Reis - Mq. 1.º
~~António Loureiro~~ 1.º
Fernando Manuel Raposo Espinosa cap. 1.º
Manuel Ferreira de Lemos cap. 1.º
Carlos trindade Clemente cap.
Joaquim Augusto dos Santos Pires Simões Cap. 1.º
António Joaquim Balduino Balduino 1.º Ten.
Luís Manuel de Oliveira Simões - Cap. 1.º
Joaquim António de Sousa cap. 1.º
António Antunes de Almeida cap. 1.º

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.




Armando Marques ^{Cap. 2º}
 foi fi. de Francisco Mendes Cap. 5º
 Manuel de Sousa Cardoso de Silva - cap. 1ª M
 Joaquim Francisco de Sousa - cap. 5ª M
 Antero de Figueiredo cap. 5ª M
 Miguel de Almeida cap. 5ª M
 José de Sousa cap. 5ª M
 A. P. S. cap. 5ª M
 Paulo de Sousa cap. 5ª M

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.




José de Sousa cap. 5ª M
 João de Sousa cap. 5ª M
 Francisco de Sousa cap. 5ª M
 Antero de Figueiredo cap. 5ª M
 José de Sousa cap. 5ª M
 Vasco Pereira cap. 5ª M
 José de Sousa cap. 5ª M
 Miguel de Almeida cap. 5ª M
 Paulo de Sousa cap. 5ª M

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.




Carlos Manuel Gonçalves Pires Cavilho.
 1.º 4.
 Ar. 1.º 1.º
 Filipe Manuel Duarte
 Cap. An.
 Manoel Pedro Baptista
 Tenente 1.º
 Fernando Henrique Estêvão
 Cap. 1.º
 António Alberto da Paiva
 Cap. 1.º
 José Manuel Monteiro
 Cap. 1.º
 António José Luís
 Cap. 1.º

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



António Manuel da Silva
 Cap. 1.º
 João de Almeida
 Cap. 1.º
 Luís Augusto de Almeida
 Cap. 1.º
 José Luís de Sousa
 Cap. 1.º
 João Luís Guimaraes
 Ten. 1.º
 José Eduardo Fernandes de Sousa
 MAJ ENG.º
 Carlos Augusto
 Cap. 1.º
 José Manuel de Sousa
 Cap. 1.º
 António Manuel
 Tenente de 1.º
 Luís Augusto
 Cap. 1.º
 António José
 Cap. 1.º
 António José
 Cap. 1.º
 Manuel António
 al.º 1.º

Noz termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



Luís Lopes Francisco
Capitão de Artilharia

Junção em 1972 o 21.º de Artilharia

Fulano da Silva
Capitão

Miguel Carlos Gomes Pedrosa Afonso
Capitão de Artilharia

João Estácio Sebastião Alencar
Capitão

Fernando José Rodrigues de Sá
Capitão

António José Gomes da Silva
Capitão


António Manuel Rocha Dias
Capitão

António José Fernandes de Sá
Capitão SGE

João Rodolfo de Sá Cardoso
Capitão Comandante

Abelardo Manuel V. Neto
Capitão

Noz termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



Luís Lopes Francisco
Capitão

Junção em 1972 o 21.º de Artilharia

Fulano da Silva
Capitão

Miguel Carlos Gomes Pedrosa Afonso
Capitão de Artilharia

João Estácio Sebastião Alencar
Capitão

Fernando José Rodrigues de Sá
Capitão

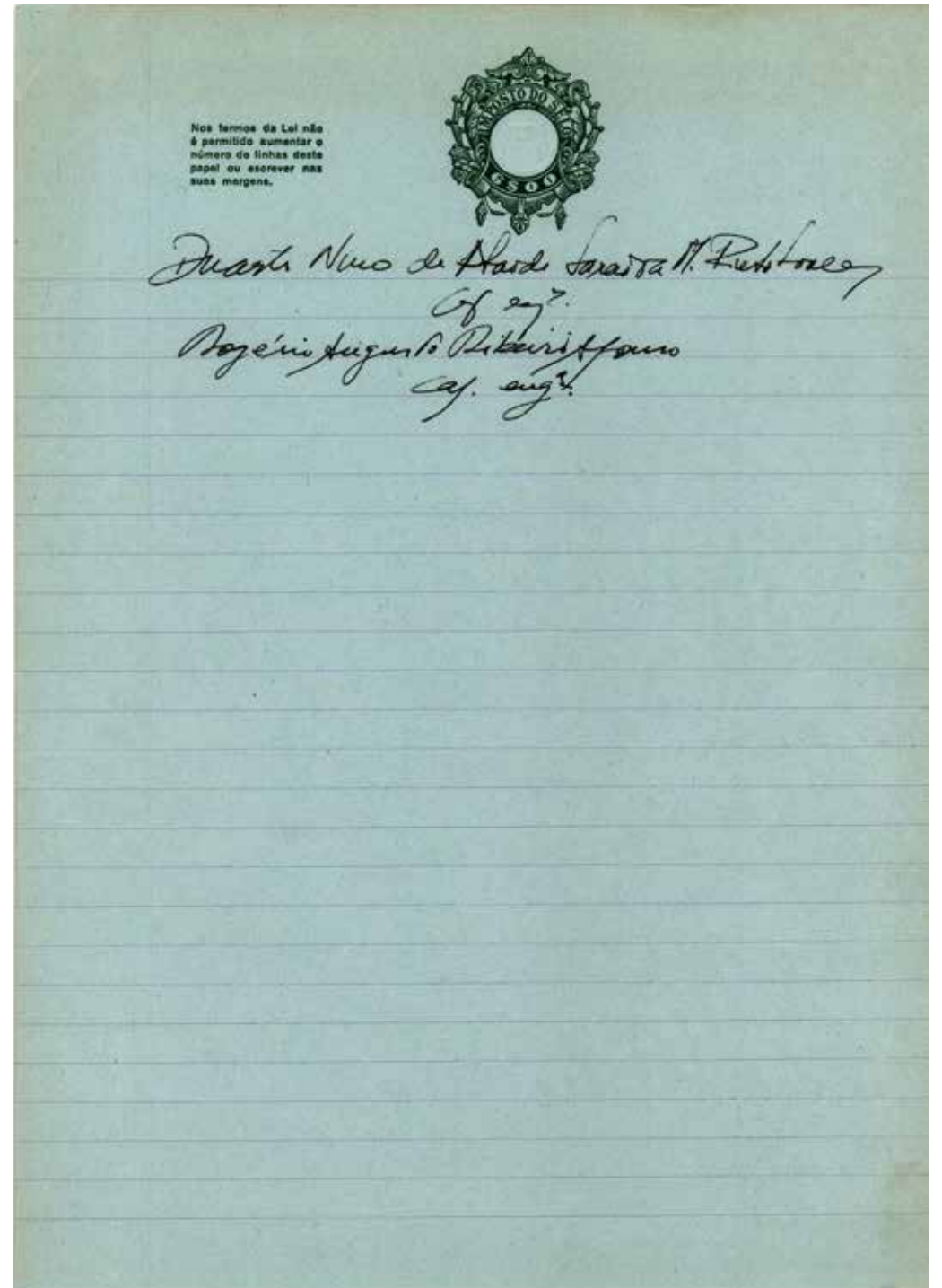
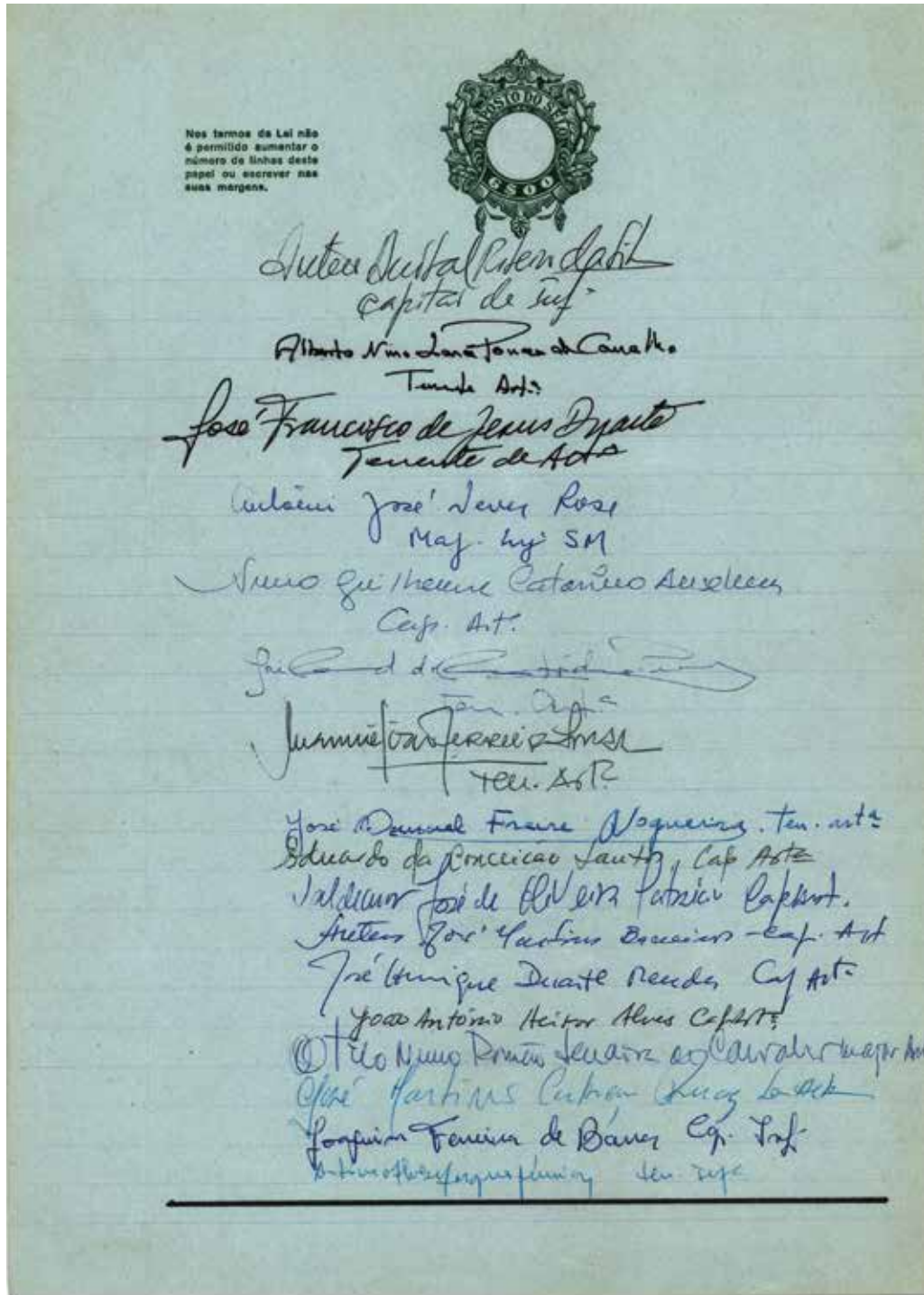
António José Gomes da Silva
Capitão

António Manuel Rocha Dias
Capitão

António José Fernandes de Sá
Capitão SGE

João Rodolfo de Sá Cardoso
Capitão Comandante

Abelardo Manuel V. Neto
Capitão



Documento 6

Instrução para recolha de assinaturas para o documento saído do plenário de Cascais

Fonte: Almeida, Dinis de, *Origens e evolução do Movimento dos Capitães*. Lisboa, Edições Sociais, 1977

INSTRUÇÃO PARA RECOLHA DAS ASSINATURAS

Cumprir RIGOROSAMENTE o que se estabelece

1) Às 09H00 do dia 17 juntar uma folha de papel selado e pedir as assinaturas dos aderentes (pedir as assinaturas em duplicado noutra folha de papel selado).

2) Logo de seguida, pedir uma reunião ao Comandante, com todos os Oficiais do QP e do QEO. Ao pretender o Comandante saber o motivo, alegar apenas motivo de elevada gravidade que justifica perfeitamente o pedido (vai em anexo um texto que deverá ser lido logo a iniciar a sessão).

3) Logo a «seguir ao almoço», enviar a Lisboa à C.C. o papel selado duplicado, referido em 1), com as assinaturas que se conseguiram antes da reunião (como se indica em 1). Esse duplicado deve vir acompanhado do nome dos Oficiais que, durante a reunião, assinaram no original, que deverá ficar na posse do comandante para entrega no QG. Deve ainda vir acompanhado de um pequeno relatório descritivo (sumário) de como decorreu a REUNIÃO.

4) Enviar por CTT registado ao vosso elemento de ligação (repete-se: só as adesões da Unidade no duplicado e o pequeno relatório, dado que o processo todo deverá seguir VIA HIERARQUICA) para as novas adesões dessa unidade se juntarem aos originais assinados no Plenário e serem entregues superiormente, pela C.C.

5) No caso de o Cmdt não aceitar a reunião, deve ser-lhe entregue todo o processo que vai daqui mais os originais das assinaturas, acompanhado do «Discurso tipo» (anexo referido em 2) que se junta para que o mesmo envie ao QG. Enviar logo a Lisboa os duplicados das assinaturas como se descreve em 4).

A BEM DAS F.A. E DA NAÇÃO

A COMISSÃO

A PARTIR DESTA DATA PROCURAREMOS ESTAR O MAIS EM CONTACTO POSSÍVEL

Documento 7

Quadro resumo do planeamento após o plenário de Cascais

Fonte: Almeida, Dinis de, *Origens e evolução do Movimento dos Capitães*. Lisboa, Edições Sociais, 1977

DATA	ACTO	LOCAL	OBJETIVO	REALIZADO	REMARKS
5	S	23	24		
5	S	22	22		ENTREGA DE DOCUMENTOS À C.C.
0	0	21	21		REUNIÃO COM O COMANDANTE
0	0	20	20		
7	T	19	19		
5	S	18	18		REUNIÃO COM O COMANDANTE
5	S	17	17		
5	S	16	16		
5	S	15	15		
0	0	14	14		
0	0	13	13		
7	T	12	12		
5	S	11	11		
5	S	10	10		
5	S	9	9		
5	S	8	8		
0	0	7	7		
0	0	6	6		
7	T	5	5		
HOCAP		REPPA		METROPOL	
E ^o		FA		AR	
INTERVENIENTES DO ENCONTRO		INTERVENIENTES DO ENCONTRO		INTERVENIENTES DO ENCONTRO	

OS MESQUAS SÃO O EXERCÍCIO DE 10

Documento 8

Texto de apoio para a apresentação oficial em todas as unidades do documento aprovado no plenário de Cascais

Fonte: Almeida, Dinis de, *Origens e evolução do Movimento dos Capitães*. Lisboa, Edições Sociais, 1977

Exmo. Senhor Comandante,
Senhores Oficiais,
Camaradas:

Há muito que se fala e se ventila, sobre o apelidado «Movimento dos Capitães».

São decorridos meses, diremos mesmo que sete, após o despertar do mesmo, em que muito se discutiu e muito se reflectiu. É difícil e seria utópico dizer-se, que o sentimento que serenamente acometeu os Oficiais, era geral; que era de todos os oficiais das Forças Armadas. No entanto, as permanentes auscultações, os permanentes contactos, os sucessivos acontecimentos, alguns deles recentes, provaram já que se deveria falar de uma «angústia» fortemente generalizada a qual, na defesa do que se entendia estar na sua base, deveria ser debelada.

Trabalhou-se serenamente, conscientemente e surge agora o «Documento» do que pensamos e que reproduz o que achamos justo «Expor», tal como centenas de Camaradas das Forças Armadas o já acharam e por isso o subscreveram.

Certos de que, a lealdade e a camaradagem a isso nos levam, V. Ex. e os Oficiais do QP ou do QEO da unidade sob o seu comando, se sentiriam Injustamente marginalizados, por se encontrarem arredados do «processo» por condicionalismos vários: entendeu-se enviar todo este processo para reflexão por parte de V. Ex.^a e, como se disse de todos os Oficiais do QP e QEO.

Desejaríamos, por isso o pedimos, que V. Ex.^a Senhor Comandante, enviasse pelas vias hierárquicas, à semelhança do que neste momento está acontecendo em todas as unidades do País, a expressão deste «anseio» transformado em exposição, ao Exmo. General Comandante da Região Militar, para que o mesmo possa dar-lhe o seguimento devido.

Salvaguarda-se ainda, como é óbvio, ser de obrigação saber se V. Ex.^a, ou os restantes Oficiais do QP e do QEO, se poderão sentir identificados, em termos de anseios, com aquilo que é o teor do Documento.

A BEM DAS FORÇAS ARMADAS E DA NAÇÃO

Documento 9

Comunicado n.º 2/74, apresentando as conclusões do plenário de Cascais

Fonte: Almeida, Dinis de, *Origens e evolução do Movimento dos Capitães*. Lisboa, Edições Sociais, 1977

COMUNICADO Nº 2/74

Caro Camarada:

1. Estamos a experimentar o novo sistema de ligação, ponto base da nossa União e da nossa Força, para a efectivação do nosso Programa; aproveitamos o facto para desde já definirmos alguns aspectos.

Penso que estiveste no último plenário (5/2/74) e que por isso estejas mais ou menos em dia. Caso não tenhas estado, sintetizamos as conclusões e que no próprio momento foram aprovadas:

- a) Aprovação do documento, expressão do nosso Ideário, assinado pelos Camaradas presentes na altura (110).
- b) Aprovada a necessidade da escolha de CHEFES, que foram unanimemente apontados.
- c) Dado um voto de confiança à CC, agora reconduzida, bem como o total apolo às decisões que por ela venham a ser tomadas, face às situações que possam surgir, para as quais procurará as mais eficazes soluções.
- d) Aprovado o programa proposto pela CC para prossecução das fases que darão seguimento ao Movimento.
- e) Acordada solidariedade geral e inequívoca, em redor de todos os Camaradas do Exército, como base do factor primordial para o sucesso que se pretende.
- f) Aprovada a proposta para a constituição de uma comissão, a nomear pela CC, para análise profunda das possíveis forças actuantes, instituição de medidas contra possíveis retaliações e para o estudo da forma realista como poderá ser posta em prática a doutrina definida no Documento.
- g) Aprovada a sugestão de se aguardar a decisão sobre a adesão da F. A. que será apresentada no dia 10.
- h) No que respeita à Marinha, os seus delegados presentes, ficaram de o mais rapidamente possível, face aos esclarecimentos que obtiveram e aos factos observados, apresentarem a sua decisão.

2. Segue um papel com a tua LIGAÇÃO. Utiliza-a com rigor e aconselhamos os naturais cuidados no que respeita à segurança desse documento. Seguem ainda outros papéis de ligação que, como verás, são pera dares aos teus delegados de Unidades. Se não existirem RASGA-OS.

3. Acusa imediatamente a recepção deste comunicado, nem que seja apenas dizendo: – «recebido o vosso comunicado n.º 2/74. Nada de especial a assinalar.» – Envia a resposta de preferência telefonicamente, ou por telegrama.

4. O próximo comunicado será já para te enviarmos o «Fascículo» (termo de compromisso, Documento do Movimento e fotocópias das assinaturas), acompanhado de instruções rigorosas de actuação.

Um abraço do teu Camarada da CC, tua ligação.

Documento 10

Declaração de apoio a António de Spínola, de 7 de março de 1974, posta a circular para recolha de assinaturas

Fonte: Almeida, Dinis de, *Origens e evolução do Movimento dos Capitães*. Lisboa, Edições Sociais, 1977

Oficiais do Exército, reunidos por sua Iniciativa para debaterem em conjunto a grave situação em que se encontra a Instituição Militar, deliberaram por unanimidade afirmar a sua Admiração e inteira Fidelidade ao CHEFE MILITAR, que em linguagem de verdade e com grande patriotismo expôs a situação do Ultramar, e hoje ocupa a alta função de VICE-CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS GENERAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA.

A nossa homenagem e igual FIDELIDADE estende-se disciplinadamente a sua Excelência o CHEFE DO ESTADO-MAIOR GENERAL DAS ARMADAS, General Costa Gomes.

Porto, 7 de Março de 1974





Esta iniciativa é promovida pela
Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril.

Até 2026, vamos celebrar a Liberdade e a Democracia. Juntos, podemos construir uma sociedade mais conhecedora da sua história recente, e mais participativa, plural e democrática. Todos são bem-vindos.

Acompanhe as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril em
www.50anos25abril.pt e participe.



CELEBRAÇÕES
OFICIAIS

50
X2

DE
MO
CRA
CIA

50
ANOS

25

DE
ABRIL

50
ANOS

Esta iniciativa é promovida pela
Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril.

Até 2026, vamos celebrar a Liberdade e a Democracia. Juntos, podemos construir uma
sociedade mais conhecedora da sua história recente e mais participativa, plural e
democrática. Todos são bem-vindos.

Acompanhe as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril em
www.50anos25abril.pt e participe.



COMISSÃO COMEMORATIVA
50 ANOS 25 DE ABRIL



CASCALS